

Movimentos Sociais e Educação: a proposta pedagógica do MST em contraposição às políticas neoliberais

ALINE CRISTINA PAIVA*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as propostas pedagógicas de educação oriundas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, partindo da hipótese de que tais propostas são alternativas ao modelo neoliberal de educação. Desde sua origem aos finais da década de 1970 e formação oficial em 1986, o movimento se preocupou com o processo de formação de seus membros, sempre pensando em um modo de se construir uma escola diferenciada no movimento, para o movimento e a partir do movimento. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, foi possível confirmar a hipótese de que o movimento analisado possui propostas educativas que se distanciam do modelo proposto pelo neoliberalismo.

Palavras-chave: Educação; Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra; Neoliberalismo.

Social movements and Education: the pedagogical proposal of the MST in contraposition to the neoliberal policies

Abstract: This paper aims to present the educational pedagogical proposals arising of the Rural Workers Landless Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) MST, on the assumption that such proposals are alternatives to the neoliberal model of education. From its origins in the late 1970s and official formation of the MST in 1986, the movement has been concerned with the process of formation of its members, always thinking of a way to build a different school in the movement for the movement and from the ideas that run in the movement. Based on bibliographic and documentary research, it was possible to confirm the hypothesis that the movement has alternative educational proposals removed from the model proposed by neoliberalism.

Key words: Education; Movement of Landless Rural Workers; Neoliberalism.



* ALINE CRISTINA PAIVA é Mestra pelo Programa Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



Imagem 1

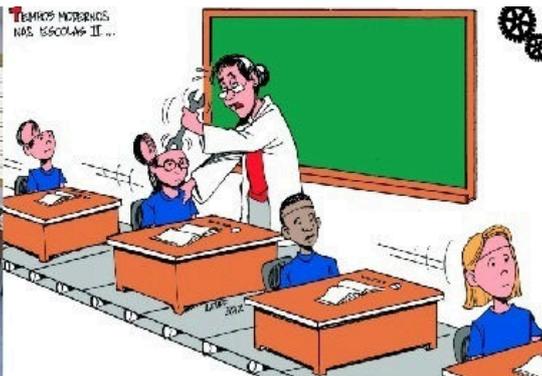


Imagem 2

Fontes : Imagem 1: http://www.miniweb.com.br/cidadania/dicas/artigos/madra%E7ais_mst.html

Imagem 2: <http://www.diaadiadovale.com.br/artigo/17/461/Educacao-e-Neoliberalismo-a-transformacao-dos-individuos-em-mercadoria/>.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar a proposta de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), partindo da hipótese de que este movimento possui uma pedagogia diferenciada e alternativa a proposta neoliberal de educação que sucateou a educação brasileira, principalmente a partir dos anos de 1990. Para tal, busca-se primeiramente elencar as principais características das políticas neoliberais e seus impactos no campo educacional. Em seguida foi apresentado o breve histórico de formação do MST e suas principais características no âmbito da educação, tendo como fonte os materiais (*cadernos de educação*) produzidos pelo movimento. Finalizo realizando alguns apontamentos sobre a importância de se pensar propostas de educação que possam ir além da pedagogia mercadológica do neoliberal.

Neoliberalismo e Educação: alguns apontamentos

Neo significa novo e *liberalismo* faz referência à corrente de pensamento que foi um dos alicerces do capitalismo desde o seu início, cujos princípios estão pautados no individualismo e na liberdade econômica. O neoliberalismo

ganha força nos anos de 1970, com a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social dos países centrais, quando segundo a retórica neoliberal, o Estado já não era capaz de regular e cuidar da economia por si só. Na definição de Perry Anderson (2008, p. 9) o neoliberalismo “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.” Este contexto, conforme Laura Tavares Soares (2000) aponta, é marcado pela crise do comércio internacional, com o aumento do preço dos barris de petróleo, por uma crise financeira, acompanhada de uma baixa taxa de crescimento.

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente (...) que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente uma nova pobreza (SOARES, 2000, p.12).

Na América Latina o efeito da crise fez com que os países da região ficassem subordinados aos ajustes neoliberais orientados pelos organismos

internacionais, a citar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), impulsionados pelos Estados Unidos após o “Consenso de Washington”¹. As consequências destes ajustes atingiram diversos setores da sociedade, tais como a saúde, as relações trabalhistas e a educação.

Segundo a premissa neoliberal, os ajustes neoliberais na educação justificam-se pela falta de eficiência e qualidade das escolas em administrar seus recursos, que resulta na evasão, repetência e a elevadas taxas de analfabetos funcionais. Neste sentido, a educação deve servir aos preceitos e necessidades do mercado, capaz de promover a integração econômica da sociedade, formando e acrescentado o contingente da forma de trabalho. “O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza” (GENTILI, 2005, p.49-50).

Além disso, o universo empresarial tem interesse em uma educação que possa qualificar a força de trabalho, de modo que esta seja capaz de competir no

mercado nacional e internacional. O perfil do trabalhador deve ser polivalente, flexível, ou seja, deve adquirir competências que o permita passar de um trabalho para o outro.

Para Sônia Marrach (1996) a escola torna-se o mecanismo pelo qual ocorre o processo de transmissão dos “valores” doutrinários. Nesse receituário, o que predomina é a adequação da escola à ideologia dominante. Trata-se de uma legitimação do que, segundo István Mészáros (2008), já ocorre há anos, na relação capital-educação.

Conforme Gentili (1996), com a inserção dos ajustes neoliberais na educação, o chamado processo de “mcdonaldização” têm sido destaque na fala de alguns autores, como analogia do processo de funcionamento dos *fast foods* a espaços institucionais, como o educacional,

Em primeiro lugar, os fast foods, e as escolas têm um ponto básico em comum. Ambos existem para dar conta de duas necessidades fundamentais nas sociedades modernas: comer e ser socializado escolarmente (...) Entretanto, aqui, como na produção de toda mercadoria, o importante não é apenas a coisa produzida (o hambúrguer ou o conhecimento oficial), mas a forma histórica que adquire a produção desses processos, quer se trate da indústria da comida rápida, quer se trate da indústria escolar. Isto é, o que unifica os McDonalds e a utopia educacional dos homens de negócios é que, em ambos, a mercadoria oferecida deve ser produzida de forma rápida e de acordo com certas e rigorosas normas de controle da eficiência e da produtividade (GENTILI, 1996, p.30-31).

Estes ajustes derrocou no sucateamento do sistema educativo, a começar com a

¹ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA, 1994, p. 5).

privatização da educação, que retira a responsabilidade do Estado quanto ao financiamento dos serviços prestados para educação, quando na verdade o Estado deveria garantir o acesso gratuito e universal para sua população. A privatização da educação é uma estratégia que beneficia majoritariamente os setores dominantes da sociedade. Para Bosmediano (2004), os modos de privatização foram vários, o mais rechaçado foi a privatização pela transfêrencia direta de escolas, institutos e universidades a pessoas ou entidades privadas, laicas ou religiosas para sua gestão, com o subsídio do Estado. Outro modo de privatização foi a indireta, com o processo de descentralização do Estado. Neste sentido, ocorre a municipalização ou regionalização da educação, que acaba tendo que resolver os problemas educacionais, com uma verba parca, que muitas vezes não dá conta de resolver toda demanda do setor educativo (BOSMEDIANO, 2004).

Houve também o aumento do número de alunos, mas o número de docentes para exercer a função não ocorreu, muito menos a melhora da estrutura física para acolher esses alunos. Para tentar amenizar a situação, empregaram a aceleração da aprovação do aluno, o que só agravou a situação do ensino, uma vez que a quantidade de alunos não infere na qualidade do ensino.

Com relação à situação dos profissionais da educação, houve o aumento das horas pedagógicas anuais, mas não ocorreu o aumento dos salários dos professores. Para ferir ainda mais as condições de trabalho dos docentes, a introdução da flexibilidade laboral por meio de contratos por ano letivo, fez com que os professores inseridos nesse sistema perdessem os direitos, como os de férias, afirma Bosmediano (2004). O que ocorreu com o trabalho docente,

reflete a lógica das relações de trabalho do mundo atual, com a tendência da flexibilização das leis e contratos trabalhistas. O que leva a criação de um exército de reserva, com profissionais que podem ser despedidos a qualquer momento de acordo com a necessidade do mercado.

Segundo Bosmediano (2004), após vinte anos de reformas neoliberais, a taxa de analfabetismo só aumentou em termos de América Latina, assim como as taxas de evasão nas escolas. Dentre os fatores para o fracasso e evasão escolar, encontram as reformas curriculares, incompatíveis com a realidade dos alunos. Os objetivos traçados para aprendizagem estão condicionados a lógica do mercado, ou seja, por um lado necessitam formar mentalidades empresariais e competitivas, para essas temos a educação do setor privado e por outro, formar indivíduos acríticos para serem subordinados e conformados com a lógica do capital, sendo capazes de apenas adquirirem competências básicas para inserção no mercado de trabalho. Como exemplo, temos o ensino da matemática, que no programa neoliberal de educação tem como função servir de base para resolver problemas básicos do dia-a-dia, os fundamentos teóricos, a relação que este tem com a sociedade fica a margem, pois no pensamento neoliberal, as complexidades da matemática devem ficar a cargo de especialistas.

Nas escolas as metodologias são impostas e devem estar condicionadas aos programas de avaliações, os livros didáticos são formulados sem pensar na realidade específica do local para onde ele é direcionado e não conta com a participação dos professores de base no processo de sua elaboração, tornando cada vez mais verticalizado os processos

de formulação de políticas educacionais.

A gênese do MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu em um contexto de lutas e resistência contra o processo de concentração de terras na medida em que o setor agropecuário avançava, em um período que compreende os anos de 1978 a 1985. O movimento tem como marco de criação o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que ocorreu entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no Estado do Paraná. Neste primeiro encontro, havia representações de doze estados². O contexto da época, marcado pela ditadura, foi também do chamado por alguns analistas (CALDART, 2004, p.102), de modernização conservadora, “que consistiram em um rápido e intenso processo de mecanização das lavouras, especialmente as do sul do Brasil”. Esse modelo acarretou em profundas transformações na vida daqueles que viviam do e no campo, aponta Fernandes (2000, p. 48):

(...) de um lado aumentou o número de trabalhadores assalariados, de outro lado agravou ainda mais a situação de toda agricultura familiar (...) essa política promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade de terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e outras regiões brasileiras.

Naquele momento, os trabalhadores expulsos tinham duas escolhas, a primeira seria o deslocamento para outras regiões do país, sobretudo para

os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. No entanto, as precárias condições e a não adaptação em lugares culturalmente tão distintos, fez com que essa primeira alternativa se desfizesse. A segunda alternativa seria a migração para as cidades a fim de trabalhar no setor industrial. No entanto, com a crise da década de 1970 essa opção também foi descartada. Tal conjuntura possibilitou a formação de um grande contingente populacional disposto a lutar pela terra (CALDART, 2004).

Deste modo o MST começou a se conformar, primeiramente, na região centro-sul, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, no ano de 1979. A gênese do movimento foi marcada por outras ações, com ocupações nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Neste último ocorreu um dos fatos mais importantes no histórico de luta do movimento que foi a organização dos pequenos agricultores que ficaram desabrigados em detrimento da construção da Hidrelétrica de Itaipu, o que deixou milhares de famílias sem terra. Juntos eles criaram o Movimento Justiça e Terra em 1980, o Movimento dos Agricultores Sem Terra da Região Oeste, dentre outros nas demais regiões. Segundo Martins (2004), foi no estado do Paraná onde ocorreu a formalização do mesmo e a adoção da sigla MST.

Entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, ocorreu o primeiro Congresso Nacional, com a participação de 1.500 lavradores de 23³ Estados. O Congresso é um

² Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo

³ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do

marco importante, pois nele se conformou quais seriam as principais bandeiras de luta, e onde surgiu a marca principal do Movimento: “*Ocupação é a Única Solução*” (CALDART, 2004, p.114). Cabe ressaltar que ocupação não é a somente o que caracteriza o MST, mas sim todo um arcabouço de lutas em prol da terra e cidadania, que segundo Martins (2004, p.55), abarca esse momento mítico: “a ocupação, o acampamento, os despejos, o assentamento e a produção”.

Um dos fundadores do movimento, João Pedro Stédile (apud CALDART, 2004), aponta três principais características que definem o movimento: primeiro, trata-se de um movimento popular, onde todos podem participar, uma vez que se caracteriza por ser um movimento das famílias sem-terra, não há filiação. A luta pela terra e reforma agrária não é apenas a luta do camponês, mas pode ser também a luta do professor, do economista, do agente da saúde, ou seja, é o movimento feito pelos trabalhadores, explica Stédile. A segunda característica é que ele possui um componente sindical, no sentido de corporativo. “Ou seja, a organização e as lutas acontecem em torno de demandas específicas e que não se restringem à conquista da terra” (CALDART, 2004, P.116). Questões como a de saúde, educação, infraestrutura, perpassam pelos processos de lutas. A terceira característica é a de que o MST é um movimento político, onde a luta pela terra e pela reforma agrária devem ser compreendidas como luta de classes.

O MST surgiu e foi se configurando com um caráter todo próprio, fugindo aos padrões da luta pela terra de outras épocas, de

outros lugares, especialmente por se configurar como um movimento social nacional de lutas massivas, e por não esgotar sua luta e organização na luta pela terra em sentido estrito (CALDART, 2004, p.114-115).

Cabe analisar também que o MST nasceu no período em que, conforme Silva (2005) ocorria o processo de modernização conservadora e da inserção do neoliberalismo no campo, que intensificou a concentração de terras, a importação dos produtos agrícolas e o empobrecimento da população que sobrevivia do trabalho no campo. Neste sentido, a fim de ilustrar como a capilarização neoliberal tomou posse da agricultura brasileira, Silva (2005, p. 96), apresenta algumas das consequências, conforme o Censo Agropecuário de 1996:

Quanto à destruição das pequenas unidades agrícolas: No censo agropecuário de 1985 foram registrados 5.801.809 estabelecimentos agrícolas, em 1996 registra-se apenas 4.859.865 estabelecimentos (353.6 milhões de ha), que corresponde a 41.4% da área territorial do país (854,7 milhões de ha). Curiosamente 96% do total de estabelecimentos agrícolas extintos (906.283) apresentavam áreas inferiores à 100 ha, sendo que, a maior redução se deu com estabelecimentos de até 10 ha, onde desapareceram 662.448 estabelecimentos, significando 70,3% do total de estabelecimentos extintos, dentre estes 400 mil desapareceram nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2005, p.96).

As medidas neoliberais implementadas no início dos anos de 1990, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), só legitimou o histórico

de exclusão do sistema de capitalismo agrário. O programa Novo Mundo Rural e Brasil Empreendedor Rural do governo de Fernando Henrique Cardoso levou ao término dos serviços de assistência técnica extensão rural, terceirizou as pesquisas agropecuárias, privatizou o modo de se organizar as políticas de reforma agrária, além de promover um novo sistema de crédito rural com base na privatização e internacionalização de suas fontes (TEIXEIRA; HACKBART, 2000, p.56, apud SILVA, 2005, p. 97).

A crise gerada por estas mudanças no campo fez com que as manifestações e ocupações se intensificassem, tanto que o ano de 1996 foi marcado pelos impactos das políticas neoliberais, foi o ano com maior número de ocupações até então organizadas pelo MST (CERICATO, 2008). Em resposta as formas de resistência do MST, o Estado agiu de forma truculenta, como maior exemplo, têm-se o episódio conhecido como Massacre do Eldorado dos Carajás ocorrido em 17 de abril de 1996, tratou-se de um conflito entre a Polícia Militar do Estado do Pará com trabalhadores rurais, culminando na morte de 19 trabalhadores sem terra, 69 feridos e sete desaparecidos (CERICATO, 2008). Segundo Barreira (1999), o massacre de Eldorado, só reforça o lado obscuro e cruel do capitalismo,

O massacre de Eldorado dos Carajás, desnudando o lado arcaico e tradicional das relações políticas e econômicas do campo, é o outro lado da moeda do capitalismo moderno – o que mostra não só a necessidade de uma mudança na estrutura agrária, mas também o poder do atraso, da onipotência e impunidade dos grandes proprietários de terra que ainda continuam ditando as regras do

jogo no meio rural brasileiro (BARREIRA, 1999, p.143).

Outro episódio que marcou este período de manifestações foi a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, ocorrida em 1997. A marcha saiu de três Estados diferentes (São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso), saindo no dia 17 fevereiro tendo seu término no dia 17 de abril com a chegada a Brasília. Segundo Caldart (2004), foram cerca de 1300 Sem Terra que percorreram mais de mil quilômetros, e que, ao chegarem na capital brasileira, foram recebidos por mais de 100 mil pessoas que se solidarizaram com a causa. Em 1999 o MST organizou a Jornada Nacional de Lutas, que promoveu uma série de protestos em todos os estados do país, dentre as pautas de protestos, estava à criação do Banco da Terra, que foi um dos projetos fruto da parceria entre o Estado com o Banco Internacional de reconstrução e desenvolvimento (BIRD).

O Banco da Terra visava atingir pequenos produtores dando-lhes melhores condições de renda e escolaridade e, em 2001, o governo edita uma portaria que exclui do programa de reforma agrária os beneficiários que tenham participado de ocupações e, através de uma medida provisória, impede a vistoria de propriedades em situação de ocupação. A justificativa da criação do Banco da Terra é a de que não haveria razão para ocupação (CERICATO, 2008, p. 37).

Estes programas enfraquecem os movimentos sociais e limita o projeto de reforma agrária ao adequá-lo à lógica do mercado. Outro tipo de reivindicação foi a extinção do Procerá, que era um programa de crédito concedido aos agricultores da reforma agrária, mas que

em detrimento das mudanças ocorridas nesse período não foi capaz de gerar créditos suficientes para serem distribuídos aos assentados e pequenos agricultores.

Como forma de resistência as transformações deste período, o MST segue organizando outras formas de combate para as políticas neoliberais, como IV Congresso Nacional em 2000, além de seguirem com as ocupações. Em 2002, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, ainda que tenham surgido alguns avanços, não foi o suficiente para a mudança da estrutura fundiária e no modelo agrícola.

Por outro lado, Oliveira (2004 apud CERICATO, 2008) aponta que uma das principais barreiras para a não efetivação da reforma agrária, se deve ao fato de que a política de reforma agrária não é contemplada enquanto uma alternativa política de desenvolvimento econômico. Para o autor, a reforma agrária necessita de, primeiramente, acabar com a concentração de terras, ao invés de intensificar as políticas de assentamento (OLIVEIRA, 2004, apud CERICATO, 2008).

A proposta de educação do MST

No MST a educação é compreendida como uma área que não se desenvolve apenas no âmbito das escolas, mas faz parte do cotidiano da luta pela reforma agrária. É desde os acampamentos em que se gestam as experiências educativas (MARTINS, 2004). Conforme Bauer (2013, p.35), ao longo de sua trajetória, inegavelmente o MST “conseguiu ampliar as relações com outros setores da sociedade brasileira e promover uma articulação entre ensino e pesquisa, o processo de formação política e habilidades de pesquisa e

técnica de suas lideranças e a educação básica”.

Caldart (2004) ao explicar as motivações que levaram a criação de um projeto de educação para o MST aponta que este surgiu da necessidade de propiciar aos sem-terra uma experiência que não o modelo de educação formal proposto pelo Estado, que assim como propôs um modelo de desenvolvimento que exclui os sem-terra, também exclui este perfil de escolas, seja pela discriminação, reprovação, evasão e professores despreparados. Além disso, explica Martins (2004), há no movimento um número considerável de analfabetos, sendo necessária a presença das escolas nos assentamentos e acampamentos. Deste modo o MST almejava uma educação no campo para o campo. Contudo, no âmbito oficial, a legislação ainda vinculava a escola urbana à rural, sendo apenas em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 que houve a separação entre escola do campo e da cidade. Nesse movimento não apenas o Estado, mas movimentos sociais passam a pensar na melhor proposta para se desenvolver uma educação para o campo. No caso do MST, este

(...) reinterpreta a educação no campo, buscando dar conta dos complexos processos de desenvolvimento humano. Deixa claro que na sua visão a educação não se resume às atividades rotineiramente desenvolvidas na escola, pois considera que todo o processo de vivência, dentro do movimento, é educativo. Dentro de tal lógica, é que vai divulgar através de seu Setor de Educação os princípios filosóficos e pedagógicos que vão delinear a nova forma de se interpretar e praticar projetos de educação, efetivamente voltados à realidade e às necessidades do

campo (SERRA; SOBRINHO, 2013, p.148).

Ao delinear a trajetória específica do processo de educação escolar no MST, Caldart (2004) aponta que em 1987 ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento, no município de São Mateus, no Espírito Santo, com a finalidade de discutir uma articulação a nível nacional com o trabalho. Daquele encontro decidiu-se que o MST lutaria pela escola e com isso passaram a ocupar as escolas. “Ocupar a escola significava primeiro organizá-la por conta própria, começar o trabalho e os registros formais já sabidos como obrigatórios, mesmo que em condições materiais precárias, e então iniciar as negociações com os órgãos públicos para sua legalização” (CALDART, 2000, p.240).

Dentro do MST foram criados os coletivos de educação por meio das *equipes de educação*, compostas por professores e membros da comunidade que tinham interesse em trabalhar com a educação. O Objetivo principal destas equipes era a de garantir com maior organização e mobilização o direito pela escola e contribuir para construção de uma escola diferenciada. Em 1997, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em Luziania, Goiás. É a partir desse encontro que começa a ser gerada a proposta pedagógica do MST, onde o modelo de escola gerado pelo movimento passou a ser parte da identidade do mesmo.

Princípios Filosóficos e Pedagógicos do MST

Caldart (2004) explica que na condição de sujeito pedagógico, o MST não criou uma pedagogia nova, mas com base no que já foi proposto ao longo do processo de formação humana, ele

incorpora, reinventa e a aplica novas estratégias, conferindo a elas um sentido de educação de classe (VARGAS, 2012). Sob a influência de autores como Gramsci e Freire, que compartilham da afirmação de que a educação é um instrumento para transformação social, é que o movimento busca educar para emancipar, a fim de romper com a visão eurocêntrica do saber, com suas heranças liberais, que diferencia o modelo de se produzir conhecimento de acordo com a classe ao qual este ensino é direcionado.

Os princípios filosóficos e pedagógicos da educação no MST são fundamentados no materialismo histórico dialético, de modo a articular trabalho, educação, produção e auto-organização, tendo como base para sua fundamentação teórica pedagogos e psicólogos soviéticos⁴ que se apoiando na revolução socialista construíram experiências educacionais com base no marxismo (D’AGOSTINI, 2014). A pedagogia socialista busca incutir valores em seus alunos de modo que possam rechaçar o regime social do capital, além de fazer com que aquele que aprende, possa conhecer criticamente seu mundo objetivo. Ao propor a crítica ao regime do capital, D’Agostini (2014) diz que isso se faz necessário para que valores como o individualismo, o egoísmo, a competição e o consumismo que são partes do sistema ao qual nos encontramos hoje, possam ser identificados e anulados do sistema de educação.

Então a pedagogia socialista está pautada em valores humanistas e socialistas como a coletividade, o

⁴ Dentre estes pedagogos e psicólogos, encontram-se Krupskaya, Pistrak, Makarenko, Davidov e Vigotski.

trabalho coletivo, a socialização da riqueza produzida, a solidariedade de classe e o desenvolvimento máximo das potencialidades. (D'AGOSTINI, 2014, p. 100).

De acordo com essa premissa, os princípios filosóficos e pedagógicos do MST:

- a) educação para a transformação social;
- b) educação para o trabalho e a cooperação;
- c) educação voltada para as várias dimensões do homem;
- d) educação com/para valores humanistas e socialistas;
- e) educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

Como princípios pedagógicos⁵ que expressam a concepção de ensino:

- a) relação entre teoria e prática;
- b) combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação;
- c) a realidade como base da produção do conhecimento;
- d) conteúdos formativos socialmente úteis;
- e) educação para o trabalho e pelo trabalho;
- f) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- g) vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
- h) vínculo orgânico entre educação e cultura;
- i) gestão democrática;
- j) auto-organização dos/das educandos;

l) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras;

m) atitudes e habilidades de pesquisa;

n) combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Com base nos princípios filosóficos e pedagógicos, o projeto educacional do MST desenvolve sua concepção de educação desde a Educação Infantil à Pós-Graduação, ressaltando que a educação é entendida dentro de uma compreensão que ultrapassa a sala de aula e perpassa pelo cotidiano de cada militante e suas lutas. Com isto, a formação do professor, a elaboração do currículo, a metodologia e o próprio espaço devem estar de acordo com os princípios filosóficos e pedagógicos aqui já listados, onde o aprendizado deve ser concebido para além dos conteúdos tradicionais, e mesmo estes, devem estar de acordo com a realidade dos educandos.

Conforme o boletim de educação nº8 (2001), o princípio educativo principal é o próprio movimento: “A Pedagogia do MST é o jeito através do qual o movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome *Sem Terra* e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte (MST, 2001, p. 19).

Nesta premissa, dentre esses princípios que fazem parte de todo o processo pedagógico e que se relacionam entre si, o fundamental é o trabalho a partir da realidade do aluno. Tendo como influência a pedagogia de Paulo Freire, um revolucionário no campo da educação comprometido com os princípios de que a educação deve conscientizar e libertar os oprimidos, Freire buscou conciliar a realidade do sujeito e as várias dimensões de sua

⁵ Caderno de Educação do MST, nº 8, de 1999.

vida social com as práticas educativas a fim de valorizar a bagagem cultural do educando, conciliando assim as práticas cotidianas com a teoria: “teoria sem a prática vira ‘verbalismo’”, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” (FREIRE, 1996, p.25). Tendo como princípio essas premissas, um dos documentos do MST afirma que,

(...) realidade é o meio em que vivemos. É tudo aquilo que fazemos, pensamos, dizemos e sentimos em nossa vida prática. É o nosso trabalho. É a nossa organização. É a natureza que nos cerca (...) são os problemas do dia-a-dia, também os problemas da sociedade que se relaciona com a nossa vida pessoal e coletiva (MST, 2005, p.51).

A educação deve ser construída no movimento, para o movimento, de modo que possa formar sujeitos comprometidos com o projeto de emancipação e que, compreendam que a luta do movimento ultrapassa a pauta inicial da reforma agrária. A educação é compreendida pelo movimento, como parte das lutas, sendo, portanto, instrumento da estratégia política. Trata-se de “um projeto de emancipação humana que sustenta a educação como uma dimensão da estratégia política de superação das relações sociais capitalistas” (VARGAS, 2012, p. 131).

Considerações finais

O MST é um movimento que desde o princípio esteve atento à educação dos membros do movimento. Os princípios filosóficos e pedagógicos são pautados em uma educação que busca a emancipação e a formação crítica do sujeito, educação gestada dentro e fora do movimento social. O MST está

preocupado em formular propostas de educação a partir do contexto em que seus alunos estão inseridos e não na adaptação de uma escola urbana, transportada e adaptada para realidade dos assentamentos e acampamentos, ou ainda conforme Ribeiro (2001, p.20), uma educação que se encontra vinculada ao sistema capitalista de produção que “institui-se como escola, separando-se do trabalho, porém submetida as suas determinações. Segundo os princípios educativos do MST, apresentados no Caderno de Educação nº 9

Para escola do MST o trabalho é um princípio educativo fundamental. Ele envolve o esforço físico e mental que transforma a natureza e, ao transformar a natureza, nos transforma, nos humaniza (...). O trabalhador se deseduca e se desumaniza ao ser desapropriado, desqualificado e ou explorado em seu trabalho (MST, 1999, p. 8).

Quanto às concepções neoliberais de trabalho e educação, essa vê o sistema de ensino como um mecanismo de qualificação, de modo que possa preparar trabalhador para o mercado de trabalho. Assim os trabalhadores buscam se especializarem, adquirir habilidades com o objetivo de serem competitivos no mercado. Para Gentili (1996), a função social da educação esgota-se com essa lógica:

Ela encontra o seu preciso limite no exato momento em que o indivíduo se lança ao mercado para lutar por um emprego. A educação deve apenas oferecer essa ferramenta necessária para competir nesse mercado. O restante depende das pessoas. Como no jogo de baccarat do qual nos fala Friedman, nada está aqui determinado de antemão, embora saibamos, que alguns triunfarão e outros estarão

condenados ao fracasso. (GENTILI, 1996, p.08).

Ao comparar as relações da educação e trabalho para o MST e para a concepção neoliberal, é possível verificar que o movimento brasileiro não apenas é um dos protagonistas atuantes na luta anti-neoliberal no que se refere à luta pela reforma agrária, mas também no campo da educação, de modo que a escola seja um instrumento de formação e de luta para o movimento e não para subordinação ao capital.

Não foi discutido aqui as contradições presentes nos movimentos, que por mais que busquem um modelo que se diferencie da tradição capitalista e liberal, ambos movimentos estão inseridos nesse contexto, e, portanto, são passíveis de se “contaminar”, pois, conforme autores como Walter Mignolo (2007) e Aníbal Quijano (2014), a América Latina segue sofrendo com as heranças do eurocentrismo, fazendo com que sejamos passivos intelectualmente. Ou seja, podemos dizer que as instituições, como as de ensino, estão impregnadas por uma visão de mundo que não corresponde à realidade latino-americana.

Referências:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: Formação nos princípios educacionais do MST. **Formação Docente**, v. 5, n.9, p. 01-04, 2013.

BARREIRA, Cesar. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, p. 105-118, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a14.pdf>. Acesso em: 20.03.2015.

BATISTA, Pablo. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-

americanos. In: BATISTA, Pablo. (et al.). **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.99-144.

BOSMEDIANO, José Ramos. **Redacción Popular**. Disponível em: <http://www.redaccionpopular.com/articulo/neoliberalismo-y-educacion>. Acesso em 03.12.2015.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CERICATO, Kátia Aparecida. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST: contradições de sua materialização na Escola Estadual Iraci Salete Strozak**. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

COSTA, Sidney Alves. **Os sem terra e a educação: uma tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamento no Estado de São Paulo**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

D’AGOSTINI, Adriana. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009.205 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FERNANDES, Bernardo. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? Idem. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep-MEC, 2006.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: Escola S.A. **quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996, p.9-45.

GENTILI, Pablo. Três Teses Sobre a Relação Trabalho e educação em Tempos Neoliberais. In LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval.; SANFELICE, José (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. p.45-59.

Campinas. Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MARRACH, Sônia. Neoliberalismo e educação. In GUIRALDELLI JR, Paulo. **Infância educação e neoliberalismo**. São Paulo: editora Cortez, 1996.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGNOLO, W. "El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto", in CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFUGUEL, R (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MST. **Princípios da educação do MST**. São Paulo: Coletivo Nacional do Setor de Educação, 1999.

_____. Boletim da Educação nº8. Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas. São Paulo. 2001.

MST. Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001. Edição especial. **Caderno de educação**, nº13, ITERRA, 2005.

PAULO, F. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-razionalidad. In: QUIJANO, Aníbal. et al.

Textos de Fundación. Buenos Aires: Del Siglo, 2014.p.59-69.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p.20-39, ago. 2001.

SERRA, Elpídio; SOBRINHO, Alaíde Paulino. A proposta pedagógica do MST e as escolas de campo, **Boletim de Geografia**, v.31, n. 2. p. 143-152, 2013.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. 2005. 320f. Tese - (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SOARES. Laura. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

STÉDILE, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

VARGAS, Luiz Américo. **Por uma pedagogia da luta e da resistência: a educação como estratégia política no MST**. 2012. 309f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Recebido em 2016-05-19

Publicado em 2017-01-01